DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
4735626520

Documento emitido em 17/07/2020 09:04:09.

Diário Oficial Executivo
Nº 10728 | 15/07/2020 | PÁG. 265

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE, www.imprensaoficial.pr.gov.br

00767954378/2019 - 377,13 - ZILBA ZILDA DAS DORES SILVA - 168 TEIXEIRA MARQUES ALVES RII MORTARI DOS SANTOS - 661787 SILVA - 510633879-49 - 12218952-0 12219574-0 - IPVA - RENAVALM / E RENAVALM / EXERC 00113784724/ 01139006182/2019 - 2.917,99 - ZII 00936040866/2019 - 1.792,10 - ZI 00198641044/2017 - 638,83 - 122142-627359349-34 - 12230088-9 - IPVA - RENAVALM / EXERC 01107409320/2019 - 2.640,07 - 12226827-6 - IPVA - RENAVALM / EXERC 01142793980/2019 - 1.376,30 - ZONEIDE BONFIM - 725451869-53 - 12227516-7 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00878877924/2019 - 813,64 - ZONI BATISTA DE SOUZA - 017144729-81 - 12214403-8 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00770251102/2017 - 554,25 - 12214404-6 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00770251102/2018 - 471,66 - ZULEICA ATAYA - 500640459-00 - 12223448-7 - IPVA - RENAVALM / EXERC 01105899796/2019 - 1.408,13 - ZULEICA GONCALVES DE ANDRADE - 018722259-26 - 12219321-7 - IPVA - RENAVALM / EXERC 01132327323/2019 - 854,93 - ZULMAR JOSE MULLER JUNIOR - 018913579-48 - 12217377-1 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00714979430/2018 - 216,90 - ZULMIRA DA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES - 048787999-60 - 12218408-0 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00972941266/2019 - 323,91 - ZULMIRA MARIA DE JESUS PASSAGEM - 437730529-87 - 12230238-5 - IPVA - RENAVALM / EXERC 00116913169/2019 - 736,82 .

XERC 00867657090/2019 - 1.100,65 - 966/2019 - 812,88 - ZILDA IGNES 00749401460/2019 - 577,47 - ZILDA 2019 - 908,31 - ZILDA RAMOS DA 869851409-04 - 12218976-7 - IPVA - 12-4 - IPVA - RENAVALM / EXERC 3 - IPVA - RENAVALM / EXERC - IPVA - RENAVALM / EXERC LON JOSE NOVAKOSKI PINTO - 719219079-91 - ZOLE SPIRANDELI GOMES - 2.640,07 - 725451869-53 - 12227516-7 - IPVA - 12214403-8 - IPVA - RENAVALM / EXERC 500640459-00 - 018722259-26 - 018913579-48 - 12217377-1 - 048787999-60 - 437730529-87 -

Curitiba, 12 de julho de 2020.

Marlon Jorge Liebel
Inspetor Geral de Arrecadação

60960/2020

Defensoria Pública do Estado

RESOLUÇÃO CDP Nº 008/2020

Alteração Orçamentária

O DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, da Resolução DPG Nº 045/2019, e tendo em vista o estabelecido no artigo 10, da Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. Ajustar valores entre elementos de despesa e modalidade de aplicação de mesma dotação consignada no Orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 20.078, de 18 de dezembro de 2019, com crédito especial aprovado pela Lei Estadual nº 20.238, de 8 de junho de 2020.

Art. 2º. O ajuste totaliza R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o anexo I desta resolução.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor imediatamente.

Curitiba, 14 de julho de 2020

NICHOLAS MOURA E SILVA
Coordenador de Planejamento

ANEXO I – Resolução CDP nº. 008/2020
Tipo de Ajustes: entre Elementos de Despesa e Modalidade de Aplicação de mesma Dotação Orçamentária
SIAF: Pedido 0701.20000011 / Processo 20001653 / Controle 20001328.
Dotação: 0701.28846.99.9277 / 100 / 3.3 – Encargos Especiais DPPR / Fonte Tesouro Estadual / Outras Despesas Correntes.
ACRÉSCIMO DE DESPESA
Natureza de Despesa: 3.3.91.93 / Valor: R\$ 2.000,00.
REDUÇÃO DE DESPESA
Natureza de Despesa: 3.3.90.47 / Valor: R\$ 2.000,00.

61113/2020

RESOLUÇÃO Nº 007/2020/CGE

Restabelece o envio de relatório mensal e trimestral dos membros, bem como disciplina o encaminhamento dos relatórios dos atos praticados em acumulação e dos atos praticados em atuação ordinária, doravante encaminhados

mensalmente, enquanto durar a pandemia do COVID 19.

A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **Considerando** que incumbe à Corregedoria-Geral orientar a realização das atividades funcionais e a regularidade dos serviços, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso IX, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e art. 33, inciso XI da Lei Complementar Estadual 136 de 19 de maio de 2011; **CONSIDERANDO** que incumbe a Corregedoria-Geral baixar normas, no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública do Estado do Paraná, resguardada a independência funcional de seus membros, nos termos do art. 31, XI da Lei Complementar 136 de 19 de maio de 2011, **CONSIDERANDO** a necessidade do envio de relatório capaz de mensurar o trabalho da Defensoria Pública do Estado, realizado de forma presencial e por teletrabalho, a fim de demonstrar a essencialidade dos serviços e a ausência de solução de continuidade durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), **CONSIDERANDO** a necessidade de atualizar os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de concentrar as medidas adequadas de prestação dos serviços essenciais neste cenário de crise, assegurando aos assistidos a efetividade das garantias constitucionais e o acesso à justiça; **CONSIDERANDO** a exigência de dados estatísticos precisos e atualizados, haja vista a pandemia do coronavírus (COVID-19), tanto para a própria Instituição, quanto para os órgãos de controle externo, em vista da autonomia da Defensoria Pública do Estado do Paraná e, em atendimento aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e publicidade dos atos públicos (art. 37, caput, da CF/88); **CONSIDERANDO** que o encaminhamento do relatório preenchido mensalmente será utilizado para subsidiar as ações da Administração Pública no aperfeiçoamento das políticas de atendimento do cidadão e fortalecimento da Instituição; **CONSIDERANDO** a natureza excepcional e temporária instalada no nosso país, bem assim a necessidade da prestação de informações atualizadas e oficiais pela Defensoria Pública à toda sociedade, quando do trabalho remoto desenvolvido pelos Defensores Públicos; **CONSIDERANDO**, a possibilidade de consolidação dos relatórios preenchidos mensalmente, para obtenção de relatório semestral, a facilitar, neste momento, e enquanto durar a pandemia do Corona-19, o trabalho do Defensor Público; **CONSIDERANDO**, por fim, a importância de aperfeiçoar os meios de captação destes dados, tornando rápida, eficiente e segura esta atividade,

RESOLVE:

Art.1º. RESTABELECER o envio de Relatórios de atividades dos Defensores